

Relatório INSP-2019-0053

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 17/04/2019	Hora: 9:50	Tipo: Ação direta
Âmbito: Integral	Origem: Inspeção programada	Motivo: Iniciativa
Plano: 2 - Atividades de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais		
Inspetor responsável: João PRFB. Silva		
Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho		
Outros participantes de entidades oficiais: ---		

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

Fomos acompanhados no local pelo Sr. Francisco Manuel Leal de Borba (Operador da Praia Ambiente EM) e a Eng.ª Carla Patrícia Lote Sequeira Cabral (Responsável pela ETAR da Praia Ambiente EM).

A inspeção incidiu nos aspetos ambientais constantes dos capítulos do presente relatório a seguir assinalados:

- ☐ 3 – Água de consumo
- ☒ 4 – Águas residuais
- ☒ 5 – Resíduos
- ☐ 6 – Substâncias perigosas
- ☐ 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera
- ☐ 8 – Ruído
- ☐ 9 – Regimes específicos
- ☐ 10 – Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Praia Ambiente, E.M.	NIPC/NIF: 512097780
Sede/morada: Rua do Evangelho, Nº. 1	
Código Postal: 9760-456	Freguesia: Praia da Vitória (Santa Cruz)
Concelho: Praia da Vitória	Ilha: Ilha Terceira
Telefone: 295545530	e-mail: geral@praiaambiente.pt
Representante: Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde	

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: ETAR da Praia da Vitória

Endereço: Ponta do Espírito Santo, Bairro dos Marinheiros

Código Postal: 9760

Freguesia: Praia da Vitória (Santa Cruz)

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira

Responsável do estabelecimento: Carla Patrícia Lote Sequeira Cabral

Cargo:

Telefone: 295513480

e-mail: carla.cabral@praiaambiente.pt

CAE Principal: 37001-Recolha e drenagem de águas residuais

CAE's Secundários: 36002-Distribuição de água;
38111-Recolha de resíduos inertes;
38211-Tratamento e eliminação de resíduos inertes.

Licenciamento da atividade: AR/2019/5

**Coordenadas UTM
(WGS84 zona 26):**

X: 495394m

Y: 4287022m



Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.



2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O estabelecimento inspecionado procede ao tratamento de águas residuais urbanas provenientes das freguesias de Santa Cruz e Vila das Lajes, através de uma ETAR que integra um sistema de lamas ativadas em baixa carga.

O tratamento dispõe das seguintes etapas:

- Fase líquida:
 - Tratamento preliminar
 - Gradagem mecânica (efetuada na estação elevatória)
 - Remoção de areias, óleos e gorduras
 - Tratamento secundário
 - Oxidação biológica em tanques de arejamento
 - Decantação secundária
 - Recirculação de lamas
- Fase sólida:
 - Tratamento de lamas
 - Espessamento
 - Condicionamento químico (com adição de polielectrólito)
 - Desidratação de lamas.

As águas residuais tratadas são descarregadas no meio natural (mar).

As lamas resultantes do tratamento são encaminhadas para o aterro intermunicipal, gerido pela empresa TERAMB, não havendo utilização agrícola das mesmas.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (captação sujeita a título de utilização).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
g) Outras condições impostas pela licença/autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Freguesias de Lajes e Santa Cruz da Praia da Vitória.	ETAR	Domínio público hídrico
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☒ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2019/5 Válido até 05/02/2020
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Não tiveram acidentes ou anomalias durante o último ano. Relativamente a descargas do bypass da estação elevatória em eventos de tempestade, que têm uma ocorrência média de 5 vezes por ano, não é efetuada comunicação.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (descargas em águas de superfície ou subterrâneas que requeiram licenciamento).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Conforme indicado em e-mail de 24/04/2019, naquela data estavam a tratar da garantia financeira.
h) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Informação constante dos relatórios do SRIR
i) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
j) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Cumprido	

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	ETAR e estação elevatória	Operador de gestão de resíduos	Teramb
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input type="checkbox"/> Resíduos urbanos			

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



STB

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art.º 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art.º 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art.º 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art.º 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	A empresa Praia Ambiente EM efetua a gestão deste tipo de resíduos (acondicionamento para expedição) num armazém situado dentro do recinto da ETAR, junto à entrada, mas com funcionamento independente.

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Principais substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Substância / Mistura	Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Contexto de utilização
Mistura de ácido adipico com ácido sulfamídico	DU - Utilizador final	Poli-electrólito utilizado no condicionamento químico das lamas.

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art.º 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art.º 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art.º 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art.º 36.º REACH	Não aplicável	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art.º 8º DL 293/2009	Cumprido	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art.º 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art.º 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art.º 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
---	---	---	---

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art.º 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art.º 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art.º 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



SPB

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
d) Cumprimento do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art.º 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental no prazo determinado e contendo a informação aplicável.	Art.º 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art.º 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art.º 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art.º 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a 5 toneladas equivalentes de CO₂ (TECO₂):

Equipamento	TECO ₂	Tipo de equipamento	Tipo de gás
---	---	---	---

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa

Relativamente a equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	n.º 3, art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Verificação para deteção de fugas realizada por técnicos certificados.	Art.º 13.º DL 145/2017	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art.º 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade competente, até 31 de março de cada ano.	n.º 1, art.º 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
e) Comunicação de dados de compra e venda de gases fluorados à autoridade competente, até 30 de junho de cada ano	n.º 2, art.º 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
f) Estabelecer e manter registos de dados de compra e venda de gases fluorados com efeito de estufa	Art.º 6.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados em recipientes, equipamentos e sistemas em fim de vida	Art.º 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	
h) Registo das intervenções técnicas em recipientes e equipamentos que contêm gases fluorados	Art.º 21.º DL 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
---	---	---	---

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art.º 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art.º 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art.º 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art.º 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS):

Equipamento	Tipo de equipamento	Tipo de gás	Situação do equipamento
---	---	---	---

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Espaços naturais (PDM da Praia da Vitória)	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	A atividade não está identificada como ruidosa, não existem habitações próximas e não há qualquer referência de queixas.



STB

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	

9 – Regimes específicos

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental, CELE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
f) Responsabilidade ambiental – constituição de garantia financeira válida (atividade abrangida pelo n.º 1 do anexo III do DL 147/2008)	Art.º 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Conforme indicado em e-mail de 24/04/2019, naquela data estavam a tratar da garantia financeira.
g) Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais (implementação de um plano de controlo de roedores)	Art.º 6 DLR 31/2010/A	Não aplicável	

10 – Infrações/irregularidades detetadas

10.1 – Infrações/irregularidades detetadas

Foram detetadas as seguintes infrações/situações irregulares:

- a) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho. Constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho.



11 – Indicações e medidas adotadas

11.1 – Indicações transmitidas

Foi transmitida, verbalmente, a obrigação de constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade. Foi ainda sugerido que as descargas de emergência (bypass) da estação elevatória, que acontecem em eventos de precipitação intensa, em média, cerca de 5 vezes por ano (segundo indicação da responsável da ETAR), sejam comunicadas à entidade licenciadora, uma vez que têm influência nas condições de rejeição.

11.2 – Medidas propostas

Notificar entidade sobre a seguinte situação:

1. Deverá constituir garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, conforme artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, num prazo de 10 dias úteis.

Proponho ainda que seja sugerido à entidade licenciadora (Direção Regional do Ambiente) que as descargas de emergência da estação elevatória sejam comunicadas, uma vez que têm influência nas condições de rejeição.

Angra do Heroísmo, 24 de maio de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)